



**SÃO LUCAS**  
JI - P A R A N Á • R O

**A F Y A**  
E D U C A C I O N A L

**DENISE PEREIRA DA SILVA MILANI  
ÉRICA MAYARA DE JESUS MATURANA**

**CARTILHA DE CONTROLES FINANCEIROS PARA GESTÃO DA PEQUENA  
PROPRIEDADE RURAL**

Ji-Paraná  
2020

**DENISE PEREIRA DA SILVA MILANI  
ÉRICA MAYARA DE JESUS MATURANA**

**CARTILHA DE CONTROLES FINANCEIROS PARA GESTÃO DA PEQUENA  
PROPRIEDADE RURAL**

Artigo Científico apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Silvia Masson Trescher de Souza

M637c

Milani, Denise Pereira da Silva

Cartilha de controles financeiros para gestão da pequena propriedade rural / Denise Pereira da Silva Milani, Érica Mayara de Jesus Maturana. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2020. 24 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Ciências Contábeis, Ji-Paraná, 2020.

Orientadora: Profª. Esp. Sílvia Masson Trescher de Souza

1. Controles. 2. Técnicas contábeis. 3. Cartilha. 4. Pequeno produtor. 5. Propriedade rural. I. Maturana, Érica Mayara de Jesus. II. Souza, Sílvia Masson Trescher de. III. Cartilha de controles financeiros para gestão da pequena propriedade rural. IV. Centro Universitário São Lucas.

CDU: 657.3

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário José Fernando S Magalhães  
CRB 11/1091

**DENISE PEREIRA DA SILVA MILANI  
ÉERICA MAYARA DE JESUS MATURANA**

Artigo Científico apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Silvia Masson Trescher de Souza.

Ji-Paraná, 04 de dezembro de 2020

Avaliação/Nota:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Esp. Silvia Masson Trescher de Souza  
Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Marlene Muniz Oliveira Pilenghy  
Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná

---

Prof. Esp. Danstin Nascimento Lima  
Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná

## CARTILHA DE CONTROLES FINANCEIROS PARA GESTÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL <sup>1</sup>

Denise Pereira da Silva Milani<sup>2</sup>  
Érica Mayara de Jesus Maturana<sup>3</sup>

**RESUMO:** A utilização de técnicas e controles contábeis nas propriedades rurais, são tão importantes quanto nas empresas de pequeno, médio e grande porte. Esse artigo tem por objetivo elaborar uma cartilha com controles e técnicas contábeis em linguagem simplificada destinada aos pequenos produtores rurais. A relevância na utilização de técnicas e controles contábeis está ligada a boa gestão na propriedade. A pesquisa foi realizada através de revisões bibliográficas em livros, artigos científicos e dispositivos legais. A metodologia utilizada de acordo com a classificação com base nos objetivos é a descritiva. O conteúdo selecionado foi adaptado para linguagem do dia a dia do produtor rural e organizado na cartilha de forma didática a fim de facilitar sua compreensão. O propósito da elaboração desse artigo surgiu pela necessidade que os pequenos produtores têm em acessar conteúdos que sejam de fácil compreensão e que contribuam com a gestão da propriedade. As informações contidas na cartilha poderão contribuir com o planejamento e adoção de estratégias na propriedade rural. O controle das atividades realizadas pelo produtor com as informações contidas na cartilha o possibilitará realizar o planejamento econômico e estratégico de sua propriedade com informações mais fidedignas. O resultado foi alcançado através da elaboração da cartilha com técnicas como DFC e Movimento de Caixa. Após a elaboração foi criado um site, publicada a cartilha e também um arquivo em Excel com os modelos da DFC e Movimento de Caixa que podem ser baixados e utilizados na propriedade.

**Palavras-Chave:** Controles. Técnicas contábeis. Cartilha. Pequeno produtor. Propriedade rural.

## BOOKLET OF FINANCIAL CONTROLS FOR THE MANAGEMENT OF SMALL RURAL PROPERTIES

**ABSTRACT:** The use of accounting techniques and controls in rural properties is as important as in small, medium and large companies. This article aims to elaborate a booklet with controls and accounting techniques in simplified language for small rural producers. The relevance in the use of accounting techniques and controls is linked to good management on the property. The research was carried out through bibliographic reviews in books, scientific articles and legal provisions. The methodology used according to the classification based on the objectives is descriptive. The selected content was adapted to the daily language of the rural producer and arranged in the booklet in a didactic way in order to facilitate its understanding. The purpose of preparing this article arose from the need for small producers to access content that is easy to understand and that contributes to property management. The information contained in the booklet may contribute to the planning and adoption of strategies on the rural property. The control of the activities carried out by the producer with the information contained in the booklet will enable him to carry out the economic and strategic planning of his property with more reliable information. The result was achieved through the preparation of the booklet with techniques such as CFS and Cash Movement. After the elaboration, a website was created,

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná 2020, como requisito de aprovação do TCC II em Ciências Contábeis, sob orientação da professora Esp. Sílvia Masson Trescher de Souza. E-mail: silvia.souza@saolucas.edu.br.

<sup>2</sup> Denise Pereira da Silva Milani, graduanda em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2020. E-mail: denisepereiraunir@gmail.com.

<sup>3</sup> Érica Mayara de Jesus Maturana, graduanda em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2020. E-mail: mayaramaturana4@gmail.com.

the booklet was published and also an Excel file with the models of the CFS and Cash Movement that can be downloaded and used on the property.

**Keywords: Controls. Accounting techniques. Primer. Small producer. Rural property.**

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é considerada por estudiosos como uma das ciências mais antigas do mundo. Tendo seu início e crescimento em conjunto com o desenvolvimento intelectual do ser humano que buscava controlar os seus bens e patrimônios.

A utilização de técnicas e controles contábeis nas propriedades rurais, são tão importantes quanto nas empresas de pequeno, médio e grande porte. Isso porque, mesmo sendo pequenas propriedades, também devem ser geridas de forma eficiente e com os devidos controles para os resultados serem satisfatórios.

A ideia dessa pesquisa surgiu com a visita ao feirão do produtor da cidade de Ji-Paraná – RO, realizada pela turma da disciplina de Contabilidade Rural no primeiro semestre de 2020. O intuito da visita foi verificar os controles utilizados pelos agricultores. Através das informações obtidas, observou-se a necessidade dos produtores entrevistados em trabalhar com controles mais eficientes, visto que, simples anotações das receitas não são capazes de gerar informações suficientes para a gestão da propriedade.

A relevância na utilização de técnicas e controles contábeis está ligada a boa gestão da propriedade. A disponibilização de forma gratuita da cartilha com algumas técnicas e controles contábeis em linguagem acessível ao produtor, poderá contribuir para melhoria da gestão das atividades em sua propriedade.

Em decorrência disso tem-se como pressuposto para a elaboração do problema que os pequenos produtores rurais têm dificuldades em acessar informações contábeis. Visto que estas informações são dispostas de forma técnica com palavras que não são de conhecimento deles e isso dificulta sua compreensão. Assim, o problema que norteia essa pesquisa está relacionado a como elaborar uma cartilha contendo ferramentas de boas práticas gerenciais destinada aos pequenos produtores rurais?

Para que possa ser alcançada a resposta do questionamento abordado na problematização será utilizado como objetivo geral a elaboração de cartilha com controles e técnicas contábeis em linguagem simplificada destinada aos pequenos

produtores rurais. Para delimitar o objetivo geral tem-se como objetivos específicos: apresentar os controles e técnicas contábeis que serão abordados na cartilha; elencar controles e técnicas contábeis em uma linguagem direcionada ao produtor rural; editar, diagramar e publicar a cartilha na internet.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi através de uma abordagem dedutiva, onde a pesquisa é estruturada do geral para o particular. Quanto a classificação da pesquisa segundo o objeto foi realizada por meio bibliográfico, em que foram utilizados materiais já publicados como livros para fundamentos teóricos de artigos, dispositivos legais entre outros. A metodologia segundo a classificação com base nos objetivos é a descritiva.

Nesse sentido têm estruturado o referencial teórico com abordagem sobre evolução da contabilidade, contabilidade rural, contabilidade gerencial em propriedades rurais, ferramentas gerenciais, entradas e saídas nas propriedades rurais, características das pequenas propriedades, características da agricultura familiar, encerrando o referencial teórico de forma específica tem-se abordado sobre os aspectos gerais da cartilha.

O resultado alcançado desse artigo foi a elaboração de cartilha com técnicas e controles contábeis. Na cartilha as informações foram adaptadas à linguagem do dia a dia do produtor rural. Além da elaboração da cartilha foi criado um arquivo em Excel com modelo de DFC e Movimento de Caixa, que podem ser baixados através de um link disposto na cartilha. O link direciona para um site criado com o objetivo de hospedar esses arquivos.

## 1.2 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é considerada por estudiosos como uma das ciências mais antigas do mundo. Tendo seu início e crescimento em conjunto com o desenvolvimento intelectual do ser humano que buscava controlar os seus bens e patrimônios.

Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 10) afirmam que, “A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial.” É através da ação humana que ocorre as modificações no patrimônio da entidade.

Com relação ao objeto da contabilidade, Marion e Ribeiro (2018) o define como o controle do patrimônio das organizações. Dessa forma, a contabilidade tem por objeto produzir informações sobre a movimentação do patrimônio a fim de fornecer informações aos seus usuários de ordem econômica, financeira e patrimonial de forma a contribuir na tomada de decisões.

Neste processo de constante evolução a contabilidade tem acompanhado o processo evolutivo da sociedade sem perder aderência com objeto e objetivo. Desta forma, mesmo com crescentes demanda dos usuários na sociedade moderna, cujas informações devem ser cada vez mais rápidas, tem-se a contabilidade correspondido sobremaneira, de forma que os usuários no mundo moderno possam tomar decisões lastreados com informações adequadas as características qualitativas da informação contábil.

Informações gerais da contabilidade não eram mais suficientes para os usuários, isto contribuiu para o surgimento das ramificações contábil. Para Ribeiro (2018, p.12), “essas ramificações da contabilidade cuidam especificamente das operações típicas que caracterizam cada tipo de entidade”. Isso porque cada ramo de atividade requer um tipo específico de contabilidade, para assim, atender as especificidades segundo a área trabalhada. Nesse sentido, Marion e Ribeiro citam algumas segmentações:

[...] são várias as ramificações da contabilidade financeira ou geral: contabilidade comercial, contabilidade industrial (ou de custos), contabilidade bancária, contabilidade pública, contabilidade de condomínio, contabilidade imobiliária, contabilidade hospitalar, contabilidade agrícola, contabilidade pastoril, contabilidade de transportes etc. (MARION; RIBEIRO, 2018, p.10).

Entende-se que a contabilidade rural é uma ramificação da contabilidade por concentrar atividade agrícola, pastoril e pecuária. Ou seja, é um estudo particular da contabilidade relacionado à entidade contábil rural, cujos reflexos são informações específicas para os usuários melhor realizar a gestão da propriedade rural.

### 1.3 CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade rural estuda as atividades desenvolvidas no meio rural a fim de auxiliar nos controles e fornecer informações para a tomada de decisões.

Silvio Aparecido Crepaldi afirma que:

A contabilidade rural é a metodologia especialmente concebida para captar, registrar, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer empresa rural. É o estudo do patrimônio das entidades rurais mediante o registro, a exposição e a interpretação dos fatos ocorridos, com o fim de oferecer informações, sobre sua composição e suas variações, bem como sobre o resultado econômico da gestão. (CREPALDI, 2019, p. 83).

A contabilidade rural tem como finalidade fornecer informações sobre a situação patrimonial das empresas rurais. Essas informações são apresentadas através dos resultados econômicos obtidos nas atividades rurais de determinado período.

As empresas rurais, segundo Marion (2020, p. 1) “são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. Portanto, as propriedades rurais são empresas que visam explorar a capacidade produtiva do solo a fim de alcançar melhores resultados nas suas atividades e, conseqüentemente, aumentar sua renda.

Os produtores rurais podem optar por desenvolverem várias atividades agropecuária em suas propriedades, ou escolher apenas uma cultura. Dentre as atividades exploradas tem-se comumente o cultivo de soja, feijão, hortaliças, frutas, criação de bovinos, suínos, peixes, aves e outros.

Em decorrência da relevância que a contabilidade rural tem alcançado no processo de ramificação, o CFC tem normatizado a atividade agrícola. Desta forma, a NBC TG 29 trata do Ativo Biológico e Produto Agrícola e define a atividade agrícola como o gerenciamento dos processos de crescimento, desenvolvimento e colheita dos ativos biológicos, tanto destinados a venda quanto a conversão dos ativos em produtos agrícolas.

De acordo com a NBC TG 29 o “ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos.” Neste sentido, tem-se como exemplo de ativo biológico a plantação da cana de açúcar a qual após a colheita se transformará no produto agrícola.

Do desenvolvimento da atividade rural, quer seja no cultivo ou na transformação do produto agrícola o alcance do resultado é mensurado em ciclos. Na contabilidade rural, o ciclo produtivo varia de acordo com a atividade desenvolvida. Ou seja, o período para apurar o resultado não precisa necessariamente terminar em dezembro como nas empresas comerciais. Segundo Marion (2020), ocorre quando a

propriedade desenvolve várias culturas, de acordo com o ciclo da principal atividade econômica desenvolvida.

Nas propriedades rurais em que a maior parte da receita advém das atividades agrícolas o melhor período para apurar o resultado é ao término da colheita. Segundo Marion (2020) ao término da colheita e, quase sempre, da comercialização dessa colheita ocorre o encerramento do ano agrícola. Nesse sentido, ao auferir a receita o produtor poderá confrontá-la com os custos e despesas ocorridos na produção para o alcance dos resultados.

Na hipótese de as atividades da propriedade rural de maior relevância for a pecuária, a apuração do resultado pode ser realizada após as maiores receitas obtidas no período. Neste contexto, Marion (2020, p. 4) afirma que “o período adequado para o encerramento do exercício social, assim como da atividade agrícola, não é o ano civil. O ideal é realizá-lo logo após o nascimento dos bezerros ou do desmame”. Se considerado que o produto do qual se almeja o resultado é a produção de bezerros.

O produtor rural deverá separar as atividades conforme os ciclos produtivos de cada cultura. Desse modo, nas propriedades rurais podem-se classificar as culturas em temporárias e permanentes. Isto resulta em controles mais eficientes sobre as receitas. Também proporciona ao produtor visualizar quando a atividade desenvolvida poderá apresentar retorno.

Quanto as culturas temporárias de acordo com Crepaldi (2019, p. 114) “são aquelas sujeitas ao replantio após cada colheita, como milho, trigo, feijão, arroz, cebola etc.” Elas possibilitam ao produtor um retorno mais rápido, visto que o seu tempo de vida é curto, menor que 12 meses.

Com relação às culturas permanentes Marion define que:

As culturas permanentes, ou semiperenes, são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Basta a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para que ela seja permanente. Exemplos: cana-de-açúcar, citricultura (laranjeira, limoeiro...), cafeicultura, silvicultura (essências florestais, plantações arbóreas), oleicultura (oliveira), praticamente todas as frutas arbóreas (maçã, pera, jaca, jaboticaba, goiaba, uva...). (MARION, 2020, p. 19).

As culturas permanentes demoram certo tempo para começar a produzir, e nesse tempo demandam gastos. O produtor precisa de outra fonte de renda para investir na cultura permanente. Realizada a colheita, espera-se que as receitas auferidas sejam suficientes para suportar os gastos e resultar em lucro.

Conhecer as fases das culturas desenvolvidas bem como, os períodos de maiores entradas e saídas auxilia o produtor a realizar planejamentos mais eficientes. Decorre do planejamento a implementação de controles na propriedade rural, pois são essenciais para o sucesso do negócio, cuja a lucratividade depende da capacidade de o produtor saber planejar, controlar e gerir a entidade rural.

#### 1.4 CONTABILIDADE GERENCIAL EM PROPRIEDADES RURAIS

A contabilidade gerencial foi desenvolvida para auxiliar os gestores, visto que, precisavam de informações mais abrangentes sobre as empresas para tomar decisões mais assertivas.

Segundo Ribeiro (2018) a contabilidade gerencial surgiu em 1950 em virtude da necessidade de aprimoramento das funções da contabilidade de custos e tem como meta auxiliar a administração nas tomadas de decisões de planejamento e controle.

A contabilidade gerencial busca fornecer informações aos seus usuários. Essas informações os proporcionam uma visão mais ampla de negócio e os possibilitam tomar decisões mais assertivas, que visam à maximização da produção e minimizem os custos, alcançando, desta forma, melhores resultados.

Segundo Silvio Crepaldi e Guilherme Crepaldi:

Contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial. (CREPALDI; CREPALDI, 2019, p. 7).

A aplicação da contabilidade gerencial às propriedades rurais tem como objetivo auxiliar o produtor rural na administração de sua propriedade, desenvolvendo controles práticos que o auxiliem a monitorar seus resultados.

Com relação as práticas de controle contábil, Crepaldi (2019) afirma que o administrador precisa saber como está a rentabilidade de sua atividade produtiva. Ou seja, o produtor rural deve saber quais dentre as atividades desenvolvidas na propriedade apresenta maior lucratividade e quais gastos estão elevados.

Para Crepaldi o administrador deve saber:

Quais são os resultados obtidos e como eles podem ser otimizados por meio de avaliação dos resultados, fontes de receitas e tipos de despesas? Como melhorar as receitas e reduzir as despesas? Essa análise só será possível a partir do momento em que se sabe onde estamos gastando os recursos e onde estamos gerando receitas. (CREPALDI, 2019, p. 61).

O produtor rural precisa ter controle das atividades desenvolvidas na propriedade, bem como de todos os gastos e receitas. Kay, Edwards e Duffy (2014, p. 17) afirmam que “a função de controle inclui monitoramento de resultados, registros de informações e comparações de resultados a um padrão”. Ou seja, para controlar suas atividades o produtor precisa monitorá-las, registrá-las e compará-las.

Os produtores rurais não devem se restringir aos ensinamentos passados de pai para filho na hora de gerir suas propriedades. É importante buscar métodos eficientes para manter o controle, ou seja, anotar, confrontar e, além disso, comparar os resultados obtidos a resultados anteriores ou a outras propriedades.

Para comparar os resultados obtidos a outras propriedades, o pequeno produtor deve ter como parâmetros, outras pequenas propriedades rurais que desenvolvam atividades semelhantes às empregadas em sua propriedade.

Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 45) apenas alertam que “a informação contábil, como todo bem econômico, tem um custo, e esse custo deve ser sempre comparado com os benefícios esperados da informação”.

Os produtores rurais devem observar quais práticas de controle contábil são eficientes e se com a implementação do sistema de controle os lucros adicionais são obtidos.

## 1.5 FERRAMENTAS GERENCIAIS

Os controles gerenciais são desenvolvidos em uma entidade a fim de assegurar a realização dos objetivos da empresa. Embora a empresa rural seja uma organização, principalmente de cunho familiar, em que normalmente o próprio produtor rural é o gestor, os controles gerenciais nelas são tão necessários quanto em qualquer empresa, o mesmo deve saber controlar, além das atividades rurais, as atividades administrativas, econômicas e financeiras geradas na propriedade.

Para Anthony e Govindarajan (2011), o controle gerencial tem como principal função garantir a execução das estratégias. Com a implantação de boas

práticas de controles gerenciais, o produtor obterá informações mais abrangentes do seu negócio afim de garantir que as estratégias elaboradas sejam executadas.

A contabilidade gerencial é o principal meio para desenvolver os controles gerenciais. Pois, segundo Frezatti et al (2009, p. 14) ela “é responsável por parte relevante dos recursos necessários na disponibilização de informações para que o controle gerencial seja desenvolvido na organização. ”

A contabilidade gerencial está relacionada às informações, enquanto que o controle gerencial está ligado a postura necessária para garantir que os planos e objetivos traçados sejam alcançados.

A contabilidade gerencial é uma ferramenta de controle que auxilia o produtor a gerir sua propriedade. Para Frezatti et al (2009, p. 15) “ferramenta é qualquer instrumento necessário à prática profissional”, onde, para gerir a propriedade o produtor precisa identificar e interpretar as informações a fim de desenvolver controles mais eficientes.

O pequeno produtor rural deve conhecer os meios de controlar as atividades financeiras e econômicas, além das operacionais.

Para controlar as atividades financeiras e econômicas é necessário que o produtor utilize algumas das técnicas contábeis. As técnicas contábeis como a escrituração, as demonstrações contábeis e a análise das demonstrações contábeis são importantes para que o produtor visualize a situação da sua propriedade.

Segundo Ribeiro (2013), a escrituração trata-se dos registros ocorridos no dia a dia da empresa, as demonstrações contábeis referem-se aos relatórios que são construídos com base nos dados extraídos dos registros e a análise das demonstrações tem como finalidade transformar os dados registrados em informações úteis para os usuários.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é a demonstração contábil que serve para auxiliar o produtor a manter o controle nas empresas. A IN RFB nº 1903, de 24 de julho de 2019, dispõe que o pequeno produtor rural não tem a obrigatoriedade de entregar a DFC.

Porém, ao desenvolvê-la, o produtor consegue avaliar melhor o potencial econômico de sua empresa rural, o que auxilia a manter um caixa capaz de honrar suas obrigações.

José Carlos Marion afirma que:

A DFC ajuda, entre outras utilidades, a avaliar o potencial da empresa em gerar fluxos futuros de caixa, a honrar seus compromissos, pagar dividendos e identificar sua necessidade de recursos financeiros externos. A DFC melhor evidencia as razões das diferenças entre o lucro líquido e as entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos), bem como os efeitos na posição financeira da empresa resultante das transações financeiras e não financeiras (operações que não afetam o caixa) durante um período. (MARION, 2020, p. 211).

A DFC é um meio para evidenciar a situação do caixa. O caixa segundo Crepaldi (2019, p. 327) “é tão importante e vital para o desempenho de uma empresa rural que exige um controle diário”, onde o produtor deve anotar todas as entradas e saídas, diariamente.

As anotações, segundo Nicola (2014), são desenvolvidas diariamente e não estão diretamente relacionadas ao desconhecimento do produtor de como procedê-las. Com a prática diária as anotações se tornarão um hábito que auxiliará o pequeno produtor rural a controlar melhor o seu caixa.

Silvio Aparecido Crepaldi explica que:

Um dos métodos mais simples e eficientes para fazer esse controle diário é através do boletim de caixa. Ele se parece com um extrato bancário – na verdade ele é um extrato do seu caixa – e deve conter as seguintes informações: data (para registrar, naturalmente, o dia, mês e ano a que corresponde aquele movimento); histórico (onde se registra o tipo de operação realizada); os valores relativos a recebimentos; saídas (os valores dos pagamentos feitos naquele dia); saldo anterior (transposto do boletim de caixa da véspera); e saldo atual (onde, ao final do dia, registra-se a diferença entre as entradas e as saídas, acrescido do saldo anterior). (CREPALDI, 2019, p. 327).

O produtor precisará de certa organização para anotar as informações. Pois essas informações serão utilizadas para obter o resultado das atividades. Sendo confrontadas as entradas com as saídas de acordo com ciclo produtivo da cultura, ou sempre que houver necessidade. As informações obtidas auxiliarão o pequeno produtor na tomada de decisão sobre, por exemplo, vender ou armazenar, determinada colheita.

Conforme Crepaldi (2019) o produtor rural deve fazer diariamente o controle individual de contas como vendas à vista, a prazo, financiamentos, compras à vista, a prazo, podendo manter esse controle em fichas, uma para cada conta. Com esse tipo de controle, o produtor terá mais facilidade em acessar informações de acordo com a sua finalidade.

Para melhor entendimento serão abordados sobre as entradas e saídas que ocorrem nas propriedades rurais.

## 1.6 ENTRADAS E SAÍDAS NAS PROPRIEDADES RURAIS

As entradas de recursos em uma propriedade rural são provenientes das receitas auferidas de acordo com a atividade exercida. Essas receitas podem vir da agricultura, da pecuária ou da agropecuária, ou também de financiamentos que visam o investimento na propriedade.

As entradas, segundo Crepaldi (2019), são as vendas à vista e a prazo, as operações bancárias, financiamentos, empréstimos e ainda juros sobre recebimentos de vendas a prazo. As vendas representam as receitas, enquanto que os financiamentos e empréstimos são investimentos que geram entradas.

Iudícibus et al. (2019, p. 45), descrevem que a “receita representa a entrada de elementos para o Ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. ” Os autores ainda complementam que juros provenientes de outras fontes de renda como, depósitos bancários aluguéis etc., também são considerados como receitas.

Toda empresa é composta por entradas e saídas de recursos. Essas movimentações nas propriedades rurais podem ser caracterizadas como sendo as receitas, investimentos, despesas ou custos necessários para o desenvolvimento das atividades.

Para desenvolver qualquer atividade na propriedade é necessário que haja a disposição de recursos financeiros. Esses recursos geralmente são originados de fontes de terceiros, através de compras a prazo, que é lançado no balanço como fornecedores ou através de financiamentos e custeio junto a instituições financeiras.

Crepaldi (2019) cita que, compras à vista e a prazo, impostos e taxas, despesas de venda, ordenados, salários, contribuições, outros encargos e ainda outras despesas e saídas de outras origens são considerados saídas na propriedade rural. Como exemplo podem ser citadas as compras de minerais para os animais, a aquisição de adubos para as plantações dentre outras.

Os custos e as despesas são considerados saídas na empresa rural. Sendo que os custos estão diretamente relacionados com a cultura e as despesas, por exemplo, com as vendas e com a manutenção do produtor rural e sua família.

De acordo com José Carlos Marion:

Consideram-se *custo de cultura* todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura (ou produto), como sementes, adubos, mão de obra (direta ou indiretamente), combustível, depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na cultura, serviços agrônômicos e topográficos etc. Como *despesa do período*, entendem-se todos os gastos não identificáveis com a cultura, não sendo, portanto, acumulados no estoque (culturas temporárias), mas apropriados como despesa do período. São as despesas de venda (propaganda, comissão de vendedores...), despesas administrativas (honorários dos diretores, pessoal de escritório...) e despesas financeiras (juros, taxas bancárias...). (MARION, 2020, p.18).

Diante do exposto, é possível notar a diferenciação que o autor relata entre custos de cultura e despesas do período. Enquanto os custos estão relacionados direta ou indiretamente com a cultura, as despesas são consideradas como gastos que não são possíveis identificar na cultura.

A despesa, para Ludícibus et al. (2019, p. 45) “representa o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo, uma despesa é realizada com a finalidade de se obter receita”.

A despesa diminui o ativo quando se tira recursos do caixa para pagamento à vista ou aumenta o passivo quando se faz uma aquisição a prazo. De qualquer forma a despesa é vista como uma diminuição do patrimônio.

Para obter o resultado do período é necessário confrontar as entradas e saídas. Segundo Marion (2020, p. 153) “por meio do confronto da Receita com as Despesas que contribuem para a aquisição daquela Receita, obtém-se o Resultado (Lucro ou Prejuízo) de determinado período”. Anotar e confrontar é a base para o produtor controlar suas atividades a fim de gerir seu negócio de maneira mais eficiente.

É relevante a organização das entradas e saídas, pois, é através dessas informações que serão possíveis análises mais precisas no processo decisório. Quanto mais detalhadas forem essas informações, melhor será. Informações como data da movimentação, forma de pagamento ou recebimento, nome do cliente ou fornecedor auxiliam em uma possível necessidade de checar registros passados por exemplo.

## 1.7 CARACTERÍSTICAS DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

De acordo com a Lei de nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu art. 4º inciso II e alínea a, é considerada uma pequena propriedade - o imóvel rural, aquela

que possui “de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento”. Os módulos fiscais são unidades de medidas em hectares, definidos de acordo com cada município. No estado de Rondônia o módulo fiscal equivale a 60 hectares.

Os produtores rurais são classificados através de faixas de rendimentos brutos anuais. A classificação quanto ao porte do produtor rural é de acordo com a Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA), conforme disposto no Manual de Crédito Rural nº 687, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, atualizado em 27 de outubro de 2020, no capítulo 1, seção 4, ítem 4-A:

4-A - Na concessão de crédito rural, deve ser observada a seguinte classificação do produtor rural, pessoa física ou jurídica, de acordo com a Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) auferida ou, na falta dessa ou em caso de expansão da atividade, com a receita estimada. (MCR, 2020, p. 13).

A seguir é apresentado um quadro com a classificação do produtor rural conforme disposto no Manual de Crédito Rural nº 687, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil:

Quadro 1 - Classificação do produtor rural segundo seus ganhos anuais.

<b>Porte</b>	<b>Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA)</b>
Pequeno Produtor	Até R\$ 415.000,00
Médio Produtor	Acima de R\$ 415.000,00 até R\$ 2.000.000,00
Grande Produtor	Acima de R\$ 2.000.000,00

Fonte: Quadro criado pelas autoras de acordo com o Manual de Crédito Rural (MCR, 2020).

No quadro 1 está disposto a classificação do produtor rural pessoa física ou jurídica, de acordo com a receita bruta auferida anualmente.

Além disso, o pequeno produtor rural poderá ainda ser enquadrado na agricultura familiar, desde que obedeça aos critérios estabelecidos em legislação específica.

## 1.8 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar dispõe de características próprias. Uma dessas características é que o pequeno produtor rural possui uma relação própria com a terra, que é seu local de trabalho e moradia.

A Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, apresenta em seu art. 3º incisos I, II, III e IV os critérios para um produtor rural se encaixar na agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

De acordo com a referida lei, é necessário que o produtor rural atenda esses requisitos para se enquadrar no perfil de agricultura familiar. Quando se fala que a mão-de-obra utilizada deve ser predominantemente da família, quer dizer que na propriedade o serviço terceirizado deve ser solicitado somente de forma esporádica.

Segundo Feijó (2011, p. 129), “Empregam-se terceiros apenas esporadicamente, e esta cota de trabalhadores temporários não deve ultrapassar 25% do total de trabalhadores familiares. ”

A agricultura familiar é importante não só para a geração de renda dos agricultores, pois, além de ter os produtos para o consumo próprio, podem comercializá-los, mas é importante também para a zona urbana que se beneficia com a aquisição de alimentos frescos e as vezes até sem defensivos.

O Censo agropecuário realizado em 2017 informa que a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil. Porém, em relação a área e a produção, a agricultura familiar representa somente 23%. Isso se deve ao fato de que a área destinada a produção de *commodities* agrícolas, como a soja e o milho, ocupam áreas maiores, devido a maior parte da produção ser destinada à exportação.

Ainda, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a participação da agricultura familiar na alimentação dos brasileiros é significativa. Visto que, em relação as culturas permanentes, como o café e a banana, correspondem a 48% do valor total da produção. Enquanto que nos produtos de culturas temporárias, como a mandioca, abacaxi e feijão, representam respectivamente, 80%, 69% e 42% da produção.

Embora as áreas destinadas a produtividade da agricultura familiar sejam pequenas se comparado as áreas dos outros produtores, destaca-se que os controles

para esses agricultores são relevantes assim como nas grandes propriedades. Pois, ao comercializar parte de sua produção os agricultores são responsáveis pela formação do preço de seus produtos.

Para garantir rentabilidade com a comercialização, o produtor deve conhecer os custos que envolvem a produção e as despesas agregadas para realizar a venda, afim de desenvolver melhores controles gerenciais.

## 1.9 ASPECTOS GERAIS DA CARTILHA

As cartilhas são utilizadas como um meio de transmitir um conhecimento específico a determinado público alvo. Nesse sentido tem-se como objetivo dessa pesquisa criar uma cartilha com técnicas e controles contábeis que auxiliem na gestão da pequena propriedade rural.

Para Giordani e Pires:

Entende-se cartilha como um material que expõe de forma leve e dinâmica um conteúdo. Ela deve apresentar texto, imagens e/ou ilustrações coloridas. Além disso, pode conter jogos, passatempos, tirinhas, entre outros. Sua extensão deve ser curta (14 páginas ao máximo, incluindo elementos pós-textuais). (GIORDANI; PIRES, 2020, p. 4).

A finalidade da cartilha não é abranger todo conteúdo do assunto abordado, e sim, instigar o pequeno produtor a buscar melhores controles para gerir sua propriedade, e isto, com técnicas simples. Ou seja, é necessário que o material seja didático, com ilustrações e uma linguagem simplificada.

Para Reberte (2008), a inclusão das ilustrações na cartilha tem como finalidade facilitar a compreensão da mensagem contida no texto ou dar ênfase a um determinado assunto.

Giordani e Pires (2020, p. 8) corrobora com Reberte ao afirmar que as cartilhas devem ter um “Visual leve e atraente. Os autores e ilustradores devem considerar que o texto e as imagens/ilustrações precisam dialogar entre si, evitando o excesso de um elemento sobre o outro.” Assim, é possível compreender que a forma como o conteúdo é exposto na cartilha está ligado ao entendimento de quem está lendo.

Portanto, na criação da cartilha a linguagem deve ser clara, objetiva e coincidir com as ilustrações e imagens para que facilite a compreensão do pequeno produtor rural.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As informações pesquisadas para elaboração desse artigo foram selecionadas de modo a contribuir com a gestão financeira da pequena propriedade rural. Controles gerenciais e técnicas como a DFC, registros contábeis e análises das informações servem como suportes para o produtor gerenciar sua pequena propriedade de forma mais eficiente, a fim de obter resultados mais satisfatórios.

O conteúdo exposto na cartilha foi pensado para facilitar a compreensão do produtor rural. Adotou-se linguagem própria do dia a dia do produtor para explicar os conceitos gerais relacionados a contabilidade como receitas, custos e despesas. Além de adaptar técnicas e controles contábeis para a gestão financeira da pequena propriedade conforme figura abaixo:

Figura 1: Imagens e ilustrações da Cartilha para a gestão financeira da pequena propriedade rural.



Fonte: Maturana e Milani, cartilha de controles financeiros para gestão da pequena propriedade, 2020.

Para tornar a leitura mais didática foram utilizadas figuras que estão relacionadas ao conteúdo da cartilha. Essas figuras têm por objetivo tornar o produtor mais próximo a informação disponibilizada. Além das figuras, as informações foram expostas de forma interativa, com o intuito de deixar o produtor mais íntimo da leitura.

Na cartilha foram disponibilizadas informações para auxiliar o produtor no controle das atividades rurais. Essas informações servem de base para o produtor



Assim, neste arquivo constam instruções de como proceder o preenchimento das atividades operacionais, de investimento e de financeiro que compõem a DFC. A seguir é apresentado o modelo da DFC disponibilizada na cartilha para o produtor.

Quadro 2: modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>	
<b>Atividades Operacionais</b>	Valores (R\$)
(+) Recebimento das vendas	
(+) Outros recebimentos	
(-) Pagamento de fornecedores	
(-) Despesas administrativas e comerciais	
(-) Outros gastos	
<b>(=) Caixa obtido pelas atividades operacionais</b>	
<b>Atividades de Investimento</b>	
(-) compra de veículos, maquinários e ferramentas	
(-) compra de imóveis	
<b>(=) Caixa obtido pelas atividades de investimento</b>	
<b>Atividades de financeiro</b>	
(-) Pagamento de financiamento	
(-) Pagamento de empréstimos	
(-) Pagamento de custeios	
<b>(=) Caixa obtido pelas atividades de financeiro</b>	

Fonte: Blog eGestor, 2020. Adaptado pelas autoras.

Conforme quadro 2, em relação as atividades operacionais, no recebimento das vendas são incluídas as receitas com as atividades trabalhadas, como vendas de gado, vendas de café, vendas de hortaliças, etc. Em outros recebimentos podem ser inseridas receitas de outras fontes, como aluguéis de pastagens, serviços prestados a terceiros, as entradas com financiamentos, empréstimos, custeios etc.

Nos pagamentos de fornecedores são incluídas compras feitas para manutenção da atividade rural como, compra de adubos, compras de minerais, etc. As despesas administrativas e comerciais são os gastos com combustível utilizado para levar a produção ao local de venda, despesas pessoais da família, taxas bancárias, etc. e, em outros gastos, podem ser incluídos gastos não específicos nas atividades anteriores, como, depreciações, reparos em benfeitorias, gastos com diaristas, etc.

Em relação as atividades de investimento, nas compras de veículos, maquinários e ferramentas, serão inseridas além das compras de veículos, maquinários como tratores, tobatas e ferramentas como roçadeira, facão, motosserra e outros. No que se refere as compras de imóveis são registradas as aquisições de terras.

As atividades de financeiro são divididas em pagamentos de financiamentos, de empréstimos e de custeios. Nos pagamentos de financiamento são incluídos os financiamentos feitos para aquisição de matrizes, recuperação de pastagens, plantação de cacau etc. Nos pagamentos de empréstimos são registrados os empréstimos pessoais feitos junto ao banco para quitação de dívidas e outros. Nos pagamentos de custeios são incluídos os custeios realizados junto ao banco ou cooperativas para financiar despesas com insumos da pecuária, com as lavouras, aquisição de bezerros (as) e outros.

Com o intuito de facilitar a divulgação da cartilha e do arquivo com os modelos de Movimento de Caixa e DFC foi criado um site. A criação desse site foi por meio de sistema aberto para gestão de conteúdo na *internet*, ou seja, não foi necessário desembolsar recursos financeiros. Ambos documentos foram publicados, assim, a disponibilização dessas ferramentas será realizada de forma mais ampla para o acesso dos produtores rurais. O endereço para acesso ao site criado é através do hiperlink: <https://ruraisfinancas.wordpress.com/>.

### **3. CONCLUSÃO**

As informações contidas na cartilha poderão contribuir com o planejamento e adoção de estratégias na propriedade rural. O controle das atividades realizadas pelo produtor com as informações contidas na cartilha o possibilitará realizar o planejamento econômico e estratégico de sua propriedade com informações mais fidedignas.

O problema levantado na pesquisa de como elaborar uma cartilha contendo boas práticas gerenciais destinada aos pequenos produtores rurais, tiveram suas hipóteses atestadas como verdadeiras. Através da apresentação de controles e técnicas contábeis gerenciais em uma linguagem simplificada e didática na cartilha, foi possível criar um material de fácil compreensão e que poderá auxiliar o produtor na gestão de sua propriedade.

O objetivo geral referente a elaboração da cartilha com controles e técnicas contábeis destinada aos pequenos produtores rurais, foi atingido. Para isso foram abordados controles e técnicas contábeis, os quais foram elencados e adaptados em linguagem do dia a dia do produtor rural para facilitar a sua interpretação. A cartilha contou com a participação de um profissional diagramador e foi publicada na *internet* para facilitar o acesso do produtor rural a informação.

No decorrer da elaboração da cartilha, as informações sobre controles e técnicas contábeis gerenciais em uma linguagem simplificada e didática puderam ser explícitas na cartilha. Assim, essa cartilha poderá permitir que o produtor adote um planejamento econômico e estratégico de acordo com as informações geradas pelo próprio negócio e organizadas por ele mesmo.

## REFERÊNCIAS

ANTHONY, R. N. GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

BRASIL. Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1903, de 24 de julho de 2019. **Dispõe sobre a tributação de resultados da atividade rural das pessoas físicas**. Brasília. 2019. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=102488>. Acessado em 09 de out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm). Acesso em: 16 de out. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm). Acesso em: 16 de out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TG 29 (R2) - **ativo biológico e produtos agrícolas**. Brasília, out. 2015. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, S. A. CREPALDI, G.S. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Demonstração de Fluxo de Caixa: o que é e métodos de apuração. **Blog eGestor**, 2019. Disponível em: <https://blog.egestor.com.br/demonstracao-de-fluxo-de-caixa-como-fazer/>. Acesso em: 27 de nov. 2020.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FREZATTI, F.; et. al. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIORDANI, A. T. PIRES, P. A. B. F. Normas editoriais: orientações aos autores. p. 4-8, 2020. Disponível em: <https://uenp.edu.br/editora-docs/livraria/16770-editora-uenp-normas-editoriais-orientacao-aos-autores-cartilhas/file>. Acesso em: 28 de out. 2020.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 28 de out. 2020.

IUDÍCIBUS, S. MARION, J. C. FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Contabilidade Introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KAY, R. D. EDWARDS, W. M. DUFFY, P. A. **Gestão de propriedades rurais**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MARION, J. C. RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade rural: agrícola, pecuária e imposto de renda**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MCR. Manual de Crédito Rural 687. Banco central do Brasil. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 07 de nov. 2020.

NICOLA, P. **A lógica da economia rural**. 1. ed. Rio Grande do Sul: Buqui, 2014.

REBERTE, L. M. **Celebrando a vida: Construção de uma cartilha para promoção da saúde da gestante**. Monografia (Mestre em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008. p. 63. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7132/tde-05052009-112542/publico/Luciana\\_Magnoni.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7132/tde-05052009-112542/publico/Luciana_Magnoni.pdf). Acesso em: 27 de out. 2020.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.